

Ata
Conselho para as Migrações
Reunião de 26 de março de 2021

No dia vinte e seis de março de dois mil e vinte e um, pelas onze horas e seis minutos, reuniu o Conselho para as Migrações (CM) por videoconferência.

Presidiu à reunião a Senhora Alta-comissária para as Migrações, Sónia Pereira, adiante designada por Alta-comissária.

A reunião contou com a participação da Senhora Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade, Rosa Monteiro.

Na reunião, estiveram presentes os/as Conselheiros/as representantes das Comunidades: Angolana, Brasileira, Guineense, Moçambicana, Santomense, Chinesa, Indiana, Moldava e Associações não filiadas nas comunidades previstas nas alíneas *b)* e *c)* do n.º 2 do art. 8.º do DL nº 31/2014, de 27 de fevereiro. Das entidades, marcaram presença: Fundação Aga Khan, Fundação Calouste Gulbenkian, Plataforma Global para o Ensino Superior nas Emergências, Direção-Geral das Artes, Direção-Geral de Política Externa, Polícia de Segurança Pública, Guarda Nacional Republicana, Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, Direção-Geral das Atividades Económicas, Direção-Geral da Educação, Autoridade para as Condições do Trabalho, Instituto da Segurança Social, Governo Regional dos Açores, Governo Regional da Madeira, Confederação do Comércio e Serviços de Portugal, Confederação-Geral dos Trabalhadores Portugueses, Associação Nacional de Municípios Portugueses, Conselho das Comunidades Portuguesas, o Cidadão de Reconhecido Mérito Jorge Malheiros e o Cidadão de Reconhecido Mérito Amadou Diallo.

A reunião teve como único ponto único da Ordem de Trabalhos a Discussão e auscultação pública sobre o do Plano Nacional de Combate ao Racismo e à Discriminação 2021-2025.

Dando as boas-vindas a todos/as, a Alta-comissária deu início à reunião, agradecendo a presença na reunião da Senhora Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade, Rosa Monteiro, para apresentar o trabalho que tem sido feito no âmbito do Plano Nacional de Combate ao Racismo e à Discriminação 2021-2025.

A Alta-comissária deu duas notas prévias:

- Caso não houvesse objeção por parte dos/as Conselheiros/as, a reunião seria gravada;
- No final da reunião seriam dadas algumas informações sobre o Programa de Apoio ao Associativismo Imigrante 2021, cuja aprovação de resultados seria um dos pontos da Ordem de Trabalhos para a próxima reunião do CM, a realizar em breve.

Tomou a palavra a Senhora Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade, Rosa Monteiro:

- Agradeceu o agendamento da presente reunião extraordinária ao Conselho Diretivo do ACM, I.P., e a presença dos/as Conselheiros/as, para poder ter a oportunidade de apresentar ao CM as áreas de intervenção que se propõe incluir no Plano Nacional de Combate ao Racismo e à Discriminação 2021-2025;
- Referiu ser de toda a acuidade e relevância aproveitar a Presidência Portuguesa da União Europeia (UE) para reforçar o compromisso do Governo em matéria de combate ao racismo e à discriminação, no seguimento do Plano de Ação da UE, apresentado em setembro de 2020, e que insta os Estados-membros a apresentar Planos Nacionais até ao ano 2022. Nesse sentido, o facto de Portugal estar a trabalhar num plano para apresentar ainda em 2021, é um motivo de orgulho;
- Salientou que alguns serviços e entidades presentes na reunião foram ouvidos nas reuniões e *focus-group* organizadas no âmbito da elaboração do Plano Nacional, pelo que reforçou o agradecimento pela participação e contributos dados;
- Observou que o grupo de trabalho responsável pelo processo de elaboração do Plano Nacional foi coordenado pelo Senhor Vogal do ACM, I.P., José Reis. Agradecendo o trabalho desenvolvido, deu nota de que o grupo de trabalho realizou nove reuniões e dez sessões auscultação a entidades muito diversas, tendo entregado o relatório preliminar no dia 16 de março de 2021. Os contributos do relatório estão ainda a ser articulados com as várias governativas estratégicas para o Plano.

- Apresentou as 10 áreas de intervenção do Plano: 1. Governação; 2. Educação; 3. Ensino Superior; 4. Trabalho e Emprego; 5. Habitação; 6. Saúde e Ação Social; 7. Justiça e Segurança e Direitos; 8. Participação e Representação; 9. Desporto e 10. Meios de Comunicação e o Digital;
- Informou que o Plano deverá ser aprovado em Conselho de Ministros ainda durante o primeiro semestre de 2021.

De seguida, a Senhora Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade, solicitou comentários ao CM sobre a apresentação do Plano.

A representante do Governo Regional da Madeira, Mariana Bettencourt, referiu que:

- Conhece o Plano da UE contra o Racismo 2020-2025 e já teve contacto com o trabalho que está a ser desenvolvido no âmbito do Plano Nacional;
- Sublinhou que o Plano está muito bem desenhado e aponta para questões importantes;
- Lamentou que a as Regiões Autónomas não tenham sido consultadas na elaboração do Plano;
- Atendendo às situações de fragilidade económica e social criadas, e agravadas, pela pandemia de Covid-19, propôs a inclusão do Voluntariado nas áreas de ação do Plano porque tem tido um papel insubstituível no apoio às diferentes populações migrantes e étnicas;
- Teceu considerações sobre medidas nas seguintes áreas:
 - Ensino Superior e Saúde – Atualmente, residem na Região Autónoma da Madeira muitos/as profissionais de saúde oriundos/as da Venezuela que não estão a conseguir ter equivalência dos seus graus académicos em Portugal. É fundamental articular com as entidades de Ensino Superior e com as Ordens Profissionais no sentido de resolver esta questão porque que estas pessoas, bem como cidadãos/ãs dos PALOP e de outros países, podem ser uma mais-valia para o Serviço Nacional de Saúde e estão a ser subaproveitados/as quando existe uma carência no País deste tipo de profissionais;
 - Habitação – É necessário um alojamento integrado na sociedade, de forma a evitar guetos habitacionais;
 - Justiça, Segurança e Direitos – Polícias, militares e juízes poderiam ser submetidos a testes psicotécnicos no acesso à profissão, de forma que o recrutamento de profissionais tivesse em conta a sensibilização para as questões do racismo e da discriminação;

- Meios de Comunicação – Poderia ser útil uma aposta na diversidade nos meios de comunicação escrita que têm grande disseminação em Portugal e de que são exemplo as revistas de entretenimento.

A Alta-comissária agradeceu a intervenção, solicitando que a Conselheira Mariana Bettencourt fizesse chegar ao ACM, I.P., informação sobre os casos de profissionais de saúde venezuelanos sem equivalência a que referiu.

A representante do Instituto da Segurança Social, Inês Amaro, frisou, no *chat* da reunião, que na área da Plano relativa à promoção e proteção de crianças e jovens, o ISS, I.P., também deverá estar envolvido, uma vez que é entidade responsável pela implementação de várias respostas nesse domínio.

Tomou a palavra o representante da Guarda Nacional Republicana, Tiago Lopes, sugerindo que fosse dada maior ênfase a atividades no âmbito da promoção da igualdade de género e do combate ao racismo junto das comunidades escolares onde existe uma colaboração dos Núcleos Escola Segura.

Interveio o representante da Fundação Calouste Gulbenkian (FCG), Hugo Seabra:

- Agradeceu o trabalho já desenvolvido pelas entidades no âmbito do Plano;
- A FCG está interessada e atenta esta temática, em que já trabalha há muitos anos, e está disponível para comentar o Plano na fase de consulta pública;
- Ficou surpreendido pelo facto de o Plano não ter uma área de intervenção própria dedicada à Cultura, embora seja referida em outras áreas de intervenção
- Referiu que o Plano de Recuperação e Resiliência dará a Portugal uma oportunidade de investir na Habitação. A FCG tem sido alertada para dificuldades que alguns recenseamentos municipais estão a ter na identificação de contextos problemáticos que subsistem. Deu ainda o exemplo do concelho de Almada, onde existem territórios que, claramente, deveriam estar a ser recenseados e não estão, pelo que poderão ficar excluídos de apoios;
- Manifestou total disponibilidade da FCG em colaborar nos trabalhos subsequentes do Plano Nacional de Combate ao Racismo e à Discriminação.

O representante do Governo Regional dos Açores, Conselheiro José Andrade, agradeceu a apresentação do Plano Nacional, sublinhando a sua relevância. Questionou também se o Plano abrangia as Regiões Autónomas e se

estava prevista a articulação com os órgãos de governo próprios para a implementação do Plano nas Regiões Autónomas.

A Senhora Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade respondeu às diferentes questões colocadas nas intervenções anteriores:

- Voluntariado – a apresentação do Plano partilhada na reunião é apenas um resumo das áreas que se pretendem implementar. Abordagens mais específicas, como o voluntariado, podem vir ainda a ser incluídas no Plano que estará em consulta pública;
- Saúde – a questão levantada (equivalência profissional) passa sempre pelas Ordens Profissionais. No entanto, a articulação com o ACM, I.P., poderá ser estratégica para debelar algumas situações que possam subsistir;
- Formação de juízes, forças de segurança, entre outros profissionais da administração pública, é uma matéria que está muito presente no Plano, de forma transversal, tanto no âmbito da formação inicial como da formação contínua. No caso referido [juízes e forças de segurança] está também reforçada na área de intervenção Justiça, Segurança e Direitos. É um alerta de que se toma boa nota porque é um aspeto absolutamente estratégico;
- Meios de Comunicação – foram referidos os promotores culturais, pelo que se está a procurar o desenho de soluções para medidas que sejam de amplo espectro;
- Programa Escola Segura – é referida, a título de exemplo, na apresentação, mas está contemplada na área da Segurança com destaque porque o trabalho preventivo, de acompanhamento e de articulação no terreno que é realizado, é muito relevante;
- Habitação – é dos mais decisivos desafios, nos próximos anos, no âmbito da implementação do Plano de Recuperação e Resiliência e do Quadro Financeiro. Há um conjunto de dimensões que têm de ser afinadas, a partir dos diagnósticos locais e de proximidade e articulação com as autarquias locais, pelo que a chamada de atenção feita é muito importante. Acrescentou que está já em curso um trabalho de articulação entre o ACM, I.P., e a Secretaria de Estado para a Integração e as Migrações com a Secretária de Estado da Habitação e vários autarcas, no sentido de transmitir as dificuldades que os municípios enfrentam na concretização e mobilização para financiamentos;
- Regiões Autónomas – a abrangência do Plano é nacional, respeitando, naturalmente, as situações de autonomia regional, mas não descurando qualquer possibilidade de trabalho conjunto que seja possível, à

semelhança do trabalho de proximidade que tem sido feito com as Regiões Autónomas, entre outros, no âmbito da capacitação de profissionais e articulação com municípios.

O representante da Comunidade Indiana, Conselheiro Shiv Kumar Singh, sublinhou:

- É muito importante que o Plano se dedique à intervenção nas escolas porque as escolas não estão totalmente preparadas para abordar a temática do racismo e da discriminação – pais, professores e demais profissionais das escolas precisam de estar sensibilizados para estas questões;
- Crê que parte da população portuguesa quer contribuir para a integração de todas as populações, mas na sua opinião há ainda muito trabalho a fazer porque a importância do humanismo deve ser ensinada desde cedo.

Interveio a representante da Plataforma Global para o Ensino Superior nas Emergências (APGES), Conselheira Helena Barroco, ressaltando que, tendo tomado conhecimento das linhas gerais do Plano na reunião, pretendia apenas tecer algumas considerações gerais sobre o documento:

- Da experiência adquirida do trabalho que desenvolveu na Aliança das Civilizações, partilha as seguintes reflexões:
 - A duração do Plano é de 4/5 anos e a abrangência do Plano é exaustiva. Assim, para se obterem resultados concretos, é importante identificar prioridades e definir uma hierarquia de resultados que requerem mais tempo, sob pena de não serem atingidos;
 - A implementação do Plano tem de valorizar os atores sociais, numa abordagem *bottom-up* [de baixo para cima]. O Plano foi criado numa abordagem *top-bottom* [de cima para baixo], mas para que seja eficaz é necessário mobilizar os atores corretos;
 - A Educação está no princípio de tudo – desenvolver instrumentos de literacia cultural, como ações de educação formal e não formal, para desenvolver o pensamento crítico e a capacidade de análise é fundamental porque o racismo começa na ignorância. É importante utilizar recursos do século XXI – por exemplo, jogos que possam envolver todos os níveis de ensino, que promovam a integração e a não discriminação;
 - A mobilização de mais recursos para atribuição de Bolsas de Estudo para migrantes, refugiados e pessoas em risco e situação de emergência humanitária é fundamental porque se verifica que a procura é muito superior à oferta;

- Sobre a importância de envolver toda a comunidade académica na integração de estudantes, a Conselheira deu o exemplo do evento organizado pela APGES, de acolhimento a estudantes sírios, realizado no dia 25 de março de 2021.

A Alta-comissária solicitou à Conselheira Helena Barroco que facultasse o *link* do referido evento, para que pudesse ser divulgado, sublinhando que, sempre que os/as conselheiros/as considerem pertinente a divulgação de algum evento, podem partilhá-lo com o ACM, I.P.,

A Conselheira Helena Barroco partilhou, no *chat* da reunião, o *link* para visualização do referido evento, *Higher Education in crisis Settings Matters – Listen to Syrian Voices and Other Testimonials*: https://us02web.zoom.us/rec/share/wBOhHC8YxD0pjq9yVeApsPYq_ZDVzL_XrZho19GhabicY2rK4NIUhi3wshZ78kll.29t9IXka0X2ON50i.

No seguimento da intervenção da Conselheira Helena Barroco sobre recursos educativos adaptados à atualidade, o conselheiro Shiv Kumar Singh propôs, no *chat* da reunião, a criação de uma banda desenhada em várias línguas, com divulgação na televisão e nas redes sociais, pelo facto de aquele tipo de publicação ser muito apelativo, sobretudo para crianças.

Tomou a palavra o representante da CGTP, Conselheiro Fernando Gomes:

- Agradeceu a apresentação sobre o Plano;
- Informou que, apesar de a CGTP ter participado num dos grupos de trabalho do Plano, está disponível para dar mais contributos.

O representante das Associações não Filiadas nas Comunidades, Conselheiro Timóteo Macedo, observou que:

- É necessário que o Plano seja efetivamente inclusivo e não estigmatizante. Todas as situações de discriminação devem estar previstas, independentemente da origem das pessoas;
- É fundamental perguntar à sociedade portuguesa o que é preciso fazer e quais são as suas aspirações e verter essas respostas nos Planos e nas políticas públicas, caso contrário, não se promove a inclusão e a igualdade de direitos;
- Salientou que a UE alertou para que Portugal estivesse atento a manifestações de racismo e à violência policial;

- Sublinhou que a Habitação é um direito inalienável, independentemente da origem e do género das pessoas, referiu que tem havido demonstrações de resistência, por parte da sociedade civil, a demolições em bairros, e se tem verificado um silêncio total por parte do poder político nestas situações.

Interveio o representante da Comunidade Santomense, Conselheiro Celso Soares:

- Ressalvou que, sendo o racismo um facto e um processo, se não for trabalhado de uma forma estratégica e sem o envolvimento da sociedade civil, não haverá grandes resultados quanto ao seu combate;
- Quanto à Educação, observou que nem todos/as os/as professores/as estão capacitados para abordar a questão do racismo, pelo que propõe integrar uma componente de educação intercultural no processo pedagógico e trabalhar em pontos específicos de formação com o Ministério da Educação ou Agrupamentos de Escolas, de forma a melhor preparar os/as docentes;
- É fundamental criar um espaço de participação cívica para quem não tem acesso a fóruns de participação, como o CM, para que a sociedade civil possa contribuir com as suas ideias e partilhar as suas preocupações e experiências de racismo;
- A vivência das comunidades em Lisboa, por exemplo, é diferente da vivência das comunidades noutras partes do País, pelo que poderia ser profícuo um intercâmbio entre cidades, para partilha de experiências e de boas práticas;
- A comunicação inclusiva nos principais meios de comunicação dever ser fomentada, com recurso ao braille, à língua gestual, etc., para que todo/as tenham efetivamente acesso à informação e aos canais de participação;
- A interação das entidades diplomáticas com as respetivas comunidades é, muitas vezes, distante. Deveriam ser criados canais que aproximem as comunidades e as entidades diplomáticas, para que as comunidades se sintam mais integradas.

Tomou a palavra a Senhora Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade, sublinhando que:

- Ficou claro o reforço da importância das áreas de intervenção Educação e Ensino Superior – acesso, conteúdos, entre outros –, preocupações que estão presentes no Plano;
- Apelou a que sejam remetidas mais propostas e contributos;

- Referiu que a questão da participação foi transversal a muitas intervenções e reiterou, a este propósito, que o próprio Plano é um produto da participação e contribuição das pessoas que integraram o Grupo de Trabalho;
- Pretende-se também estimular a participação das associações, dos movimentos sociais, para que se mobilizem na discussão deste documento, que estará em consulta pública na plataforma ConsultaLex. Neste sentido, apelou a uma participação efetiva e sugeriu a realização de encontros, ao longo do mês de abril, observando que este processo terá um prazo de discussão mais dilatado do que o que normalmente se verifica nestes processos de consulta (10-15 dias);
- Os Planos são sempre redigidos nos gabinetes. Contudo, este Plano resulta de uma colaboração muito ampla e diversa porque não se pretende que seja um instrumento tecnocrático, sem tradução em mudanças concretas, como alertou a conselheira Helena Barroco. Este primeiro Plano de combate ao racismo é também uma afirmação política e tem de ser um compromisso coletivo;
- As recomendações feitas a Portugal no Memorando da Senhora Comissária para os Direitos Humanos da UE focadas pelo conselheiro Timóteo Macedo, foram acolhidas, tanto no âmbito do combate ao racismo, como no combate à violência doméstica, que o memorando evidencia. Este Plano teve em conta uma lógica multidimensional e interseccional, fruto das necessidades existentes.

A representante da Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG), Conselheira Sandra Ribeiro, referiu:

- A CIG está a analisar a proposta, mas, desde já, o Plano recebe todo o apoio da CIG;
- Manifestou total disponibilidade da CIG para a implementação do Plano no terreno, nomeadamente numa lógica interseccional, que lhe parece fundamental.

O Cidadão de Reconhecido Mérito, Conselheiro Jorge Malheiros, observando que participa no Grupo de Trabalho do Plano, acrescentou algumas notas:

- Houve um esforço para ouvir várias entidades da sociedade civil no plano de trabalho de elaboração do documento, e espera-se que haja uma grande participação da sociedade civil na fase de consulta, para que o Plano tenha uma grande componente *bottom-up* [de baixo para cima];
- O documento tem muitas questões complexas, de fronteira. Sendo um plano de combate à discriminação racial e étnica, o grupo dos migrantes é apenas uma componente importante do Plano. Existe

discriminação racial e étnica no grupo dos portugueses, dos descendentes de migrantes, ou da etnia cigana. O Plano vai além da migração, pelo que importa destacar na sua abordagem quatro aspetos:

- Interseccionalidade – questão já referida. Há que cruzar a dimensão da discriminação étnico-racial com as outras dimensões de desigualdade hierárquica, designadamente, o género, a orientação sexual, entre outras, o que está vertido no documento preliminar já produzido;
- Habitação – é importante que a questão das demolições sem alternativa também já referida – problema que tende a atingir de forma mais sobre representada os grupos racializados – se mantenha no Plano enquanto documento político, bem como as questões do alojamento temporário e a questão do alojamento dos migrantes, sobretudo em área do País em que as situações são muito delicadas e as condições habitacionais são muito degradantes. Em muitos casos, este problema cruza-se com os dos grupos étnicos nacionais, como as populações ciganas;
- Desporto – existe um grande avanço no âmbito do género, mas no que respeita ao dirigismo desportivo, existe ainda um défice na diversificação étnica e de grupos não brancos, pelo que a presença destes grupos deve ser incentivada;
- Reconhecimento de diplomas – também referido, é um processo que, embora claramente difícil, tem de ser oleado e facilitado, sobretudo atendendo ao contexto da CPLP e da UE em que Portugal se insere. Ressalvou ainda que os obstáculos não estão apenas nas Ordens Profissionais, mas também no sistema universitário.

Tomou a palavra a representante da Direção-Geral da Educação, Conselheira Lina Varela:

- Salientou a importância do desenvolvimento profissional dos professores, tanto na formação inicial – fora da alçada do Ministério da Educação, mas que deveria incidir também na temática do combate à discriminação –, bem como na formação contínua de professores, em que a sensibilização para estas questões pode ser potenciada, com mecanismos já existentes:
 - Na vertente da formação da Rede de Escolas para a Educação Intercultural (REEI), dinamizada em parceria com o ACM, I.P.;
 - Nos Centros de Formação de Associação de Escolas, que são as entidades responsáveis pela formação de professores nos respetivos agrupamentos, e em que seria importante existirem ações de formação acreditadas – de forma a motivar a participação dos professores – no âmbito do combate à discriminação e da sensibilização para a interculturalidade;

- No âmbito da Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania e da componente curricular de Cidadania e Desenvolvimento, as escolas poderão desenvolver atividades potenciando os referenciais e recursos existentes, nomeadamente na área dos Direitos Humanos e da Interculturalidade.

O representante da Comunidade Moçambicana, Conselheiro Lívio de Moraes, destacou:

- Agradeceu a apresentação do Plano, referindo ser um assunto muito importante para si, também enquanto membro do Conselho de Opinião da RTP;
- Disse viver em Portugal há 50 anos, pelo que os avanços conseguidos em matéria de combate à discriminação são enormes. No entanto há ainda muito trabalho a desenvolver, e deu o exemplo, enquanto artista plástico, da falta de visibilidade dos artistas africanos em museus portugueses;
- Crê que é necessária uma hierarquização de prioridades no documento, como referido pela Conselheira Helena Barroco, porque é muito difícil resolver todos os problemas em simultâneo;
- A Educação é um pilar no combate ao racismo e à discriminação – professores, intervenientes públicos, deputados, todos/as têm de estar envolvidos na sensibilização para esta temática. Neste ponto, disse haver ainda muito desconhecimento e manifestações de ignorância, pelo que é fundamental informar e formar;
- Sobre o Plano, referiu que irá analisar o documento e apresentará posteriormente os seus contributos.

Interveio a representante da Comunidade Brasileira, Cyntia de Paula:

- Referiu que também integra o Grupo de Trabalho do Plano;
- Enquanto representante da Comunidade Brasileira, quis reforçar a importância da transposição, para o Plano, das questões específicas da xenofobia e do racismo, de que as comunidades migrantes são também alvo;
- Salientou que, tal como referido pelo Conselheiro Jorge Malheiros, houve um tentativa de construir o Plano numa perspetiva interseccional;
- Houve também um esforço de observar a representatividade da sociedade civil;
- É importante continuar a investir em mecanismos de participação política e reforçar o papel das associações e dos movimentos sociais;

- É fundamental criar mecanismos específicos e dar mais apoios para a valorização do trabalho das associações e dos movimentos sociais, para que tenham melhores condições para desenvolver o seu trabalho no terreno no combate à discriminação étnica e racial.

Intervio a técnica especialista do Gabinete da Secretária de Estado para a Integração e as Migrações, Cristina Milagre:

- Tendo participado no grupo de trabalho do Plano, frisou que o trabalho desenvolvido foi muito participado e assente numa lógica de auscultação;
- Destacou duas áreas de intervenção:
 - Educação – há aspetos a trabalhar, como a presença dos ausentes e narrativas adotadas. No entanto, existem recursos neste domínio para docentes e para as comunidades educativas, há já alguns anos, mas sobretudo nos últimos anos, e para os quais contribuíram o ACM, I.P., as associações de migrantes, refugiados e comunidades ciganas, pelo que é necessário perceber por que motivo não chegam à generalidade dos docentes. Ou, inversamente, tendo os docentes autonomia pedagógica no seu trabalho, por que razão ainda se sente uma grande resistência na utilização destes recursos e na adoção de perspetivas de inclusão, de reconhecimento e de não discriminação;
 - Habitação – tal como sublinhado por vários/as Conselheiros/as, é um problema preocupante e é preciso perceber como é que os financiamentos disponíveis e as políticas de habitação podem efetivamente responder às necessidades e chegar a quem delas realmente precisa. Existem ainda muitas situações de habitação absolutamente indigna e que urge resolver, sobretudo – mas não só – no caso população portuguesa de etnia cigana e de populações itinerantes.

A Alta-comissária agradeceu as intervenções e, de seguida, deu a palavra ao vogal do Conselho Diretivo do ACM, I.P., José Reis, que coordenou o grupo de trabalho do Plano.

Intervio o vogal do Conselho Diretivo do ACM, I.P., José Reis:

- Sublinhou ter sido uma honra coordenar o Grupo de Trabalho do Plano, acrescentando que o trabalho desenvolvido em conjunto, e apresentado na reunião, ainda não está terminado;

- Agradeceu todos os contributos e apelou a que as associações promovessem a participação na consulta sobre o Plano junto das comunidades que representam, para que o documento final fosse um Plano real, que respondesse às preocupações sinalizadas.

A Senhora Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade, concluiu a sua participação na reunião:

- Referiu ter sido um enorme gosto ver um CM tão participativo;
- Agradeceu os contributos e disse terem sido feitas recomendações importantes que serão tidas em conta, uma vez que ainda estão a ser recebidos contributos e este documento ainda não é final. Neste sentido, reiterou o apelo à participação e envolvimento na consulta pública do Plano;
- Observou que a dimensão da Cultura e da Arte, bem como a questão da visibilidade dos/as artistas referida anteriormente, estará sempre presente, com medidas do Ministério da Cultura, mas não só, porque estará também ligada à área da Comunicação;
- Salientou ser muito gratificante apresentar um Plano em 2021, o que era impossível de prever, há um ano;
- Manifestou disponibilidade para organizar sessões no quadro do processo de consulta do Plano e para debater com o CM o documento já finalizado.

A Ata-comissária agradeceu a oportunidade de envolver o ACM, I.P., no processo do Plano.

De seguida, deu a palavra à Diretora do Departamento de Relações Internacionais, Política Migratória e Captação de Migrantes do ACM, I.P., Cristina Casas, para introduzir o Programa de Apoio ao Associativismo Imigrante 2021 (PAAI 2021), um dos pontos da Ordem de Trabalhos da próxima reunião do CM.

A Diretora do Departamento de Relações Internacionais, Política Migratória e Captação de Migrantes do ACM, I.P., informou que:

- A Lei n.º 115/99, de 3 de agosto e o Decreto-Lei n.º 75/2000, de 9 de maio, regulamentam o apoio financeiro do ACM, I.P., a associações de imigrantes para projetos e ações que tenham como objetivo, entre outros:
 - Contribuir para a integração de cidadãos imigrantes;
 - Mudança de atitudes e mentalidades, nomeadamente a nível da educação, cultura e *media*;
 - Formação técnica de suporte a iniciativas empresariais, culturais e sociais;
 - Formação profissional;

- Criação de serviços de apoio às famílias imigrantes;
- Eliminação de todas as formas de discriminação baseadas na raça, cor, nacionalidade ou origem étnica, entre outros.
- Nesse sentido, entre 1 de dezembro de 2020 e 4 de janeiro de 2021, decorreu o período para a apresentação de candidaturas ao Programa de Apoio ao Associativismo Imigrante 2021 (PAAI 2021), tendo sido rececionadas 32 candidaturas, das quais foram analisadas 31;
- Uma vez que no processo se prevê a pronúncia do CM sobre os apoios, terá lugar uma reunião do CM, no início do próximo mês, em que este assunto estará na Ordem de Trabalhos;
- Para análise e preparação da reunião, serão enviados hoje, por email, os resultados da análise às candidaturas apresentadas, feita pelo Núcleo de Ligação às Associações;
- No email será facultado um endereço eletrónico para poderem ser colocadas questões adicionais sobre a análise ou pedidos de esclarecimento.

Não havendo pedidos de intervenção, a Alta-comissária concluiu os trabalhos, dando a reunião por encerrada pelas treze horas e doze minutos.

A Ata foi aprovada na reunião do CM, realizada por videoconferência, no dia 1 de junho de 2021.

A Alta-comissária para as Migrações


Sónia Pereira